



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008325-73.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido**  
 Requerente: **Ludivina Martins**  
 Requerido: **Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária São Carlos III SPE Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora, desejando comprar um imóvel, alegou ter tomado conhecimento de que Pamela Gabrieli dos Santos Virgílio havia adquirido um junto à ré, mas por falta de condições financeiras deixou de arcar com os valores correspondentes.

Alegou ainda que em função disso os direitos e obrigações do contrato feito entre Pamela e a ré lhe foram cedidos.

Salientou que para tanto necessitou pagar à ré a quantia de R\$ 2.597,70, quando por contrato esse valor deveria ser de apenas R\$ 500,00.

Almeja à restituição da diferença cuja cobrança não tinha lastro a sustentá-la.

A preliminar de ilegitimidade *ad causam* suscitada pela ré em contestação não merece acolhimento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Com efeito, o documento de fl. 37 evidencia que o pagamento questionado foi dirigido a ela, o que por si só lhe confere possibilidade de figurar no polo passivo da relação processual.

Rejeito a prejudicial arguida, pois.

Indefiro, outrossim, o pedido de denunciação da lide à Valor Consultoria Imobiliária, com fulcro no art. 10 da Lei nº 9.099/95.

No mérito, o documento de fl. 37 alicerça a postulação realizada, tendo em vista que o pagamento nele cristalizado estaria em dissonância com a cláusula 10.2 do contrato originariamente firmado entre a ré e Pamela Gabrieli dos Santos Virgílio (fl. 24).

Mesmo que se reconheça que não foi apurada com precisão a natureza da verba cobrada naquele boleto de fl. 37, nada há de concreto para levar à ideia de que o pagamento do mesmo foi suportado pela autora, o que seria imprescindível.

Isso porque ele foi emitido em nome Pamela, sem qualquer menção de que a autora – ou outra pessoa – tivesse levado a cabo o seu pagamento.

Instada inicialmente sobre se dispunha de provas para demonstrar que tinha sido a responsável por tal pagamento (fl. 120), a autora informou que sim (fl. 122) para em seguida acrescentar que desejava produzir prova testemunhal e pleitear cinco dias para a juntada de documentos (fls. 127/128).

Deferido esse prazo (fl. 129), nada sobreveio aos autos (fl. 139).

Como se não bastasse, foi designada audiência de instrução e julgamento e como Pamela não foi intimada (fl. 155) deferiu-se à autora o prazo de sete dias para manifestar-se a respeito, seja para oferecer o novo endereço da testemunha, seja para substituí-la (fl. 158), mas novamente ela permaneceu inerte (fl. 161) de sorte a reputar-se a desistência nessa espécie de prova.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Isso porque não se concebe que a autora busque receber a restituição de pagamento que não patenteou minimamente ter feito.

Reunia condições para tanto por intermédio de documentos (o que seria o mais adequado) ou até mesmo de prova oral que encerrasse indício a propósito, mas nada disso sucedeu.

Em consequência, não tendo a autora se desincumbido do ônus de comprovar os fatos constitutivos de seu direito, não faz jus ao recebimento tencionado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 09 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**